

Texto 5

Autor: Francisco António Correia

Título: Estados Unidos da Europa

[Conferência realizada na Academia das Ciências de Lisboa em 11 de Dezembro de 1929].

Após a realização da última assembleia geral da Sociedade das Nações, a 'Federação Europeia' tem sido uma ideia em marcha, infundindo preocupações na opinião pública e mais particularmente nos economistas de todos os países.

A forma irresistível por que se tem imposto o conceito dos 'Estados Unidos da Europa' não devemos atribuí-la tanto a eloquência vaga dos seus defensores na Sociedade das Nações como a essa aspiração idealista, e talvez por isso mesmo mais susceptível de criar grande número de adeptos, de se conseguir a paz económica, como condição de uma paz política duradoura, tão ambicionada por todos os povos.

A solução preconizada não foi ainda convenientemente definida, não assenta por enquanto em fórmulas concretas e claras que nos permitam uma apreciação das suas consequências económicas e bem assim das medidas de transição, indispensáveis para conseguir fazer desaparecer as fronteiras que dificultam o comércio entre os diversos Estados, em que a Europa se encontra dividida.

Como poderá compreender-se a soberania política desses Estados perante o desaparecimento da sua independência económica?

O que se tem passado nos últimos tempos demonstra-nos claramente a falência dos nacionalismos económicos. A política comercial vai-se orientando progressivamente no sentido da internacionalização. A longa experiência de depois da guerra conduziu ao reconhecimento de uma economia internacional, pairando como verdade indestrutível através da crise nacionalista, que impeliu desordenadamente para a ruína todo o velho Mundo.

A exaltação dos nacionalismos económicos foi duplamente nefasta porque promovia a concentração industrial e simultaneamente exagerava o protecçãoismo. Ao mesmo tempo que a indústria e o comércio adquiriam

maiores faculdades de expansão, o acesso aos mercados externos ia-se tornando mais difícil.

A indústria entrava resolutamente no caminho da produção em série, da *standardização*, da organização científica do trabalho; o comércio concebia as grandes operações, de seguros resultados perante uma concorrência exigente, mas os entraves que ia encontrando nas diversas unidades económicas, tornavam impotentes as suas iniciativas, inutilizavam as suas previsões, por maiores que fossem os escrúpulos e os cuidados a que se subordinassem.

Era esta, em resumo, a situação do mercado mundial quando, em 1927, se realizou, por iniciativa da Sociedade das Nações, a Conferência Económica Internacional, que indicou, entre outras soluções, a cartelização, como remédio mais adequado para atenuar as perturbações, que se tornavam tão sensíveis no comércio internacional.

A cartelização generalizou-se nos grandes países industriais, não só pela tendência imposta pelas circunstâncias, de reduzir o custo de produção, mas ainda porque, agrupando interesses internacionais, podia corrigir, dentro de certos limites, os excessos da tributação pautal.

O 'cartel' tem sido, depois da Conferência Económica Internacional, o característico predominante da política comercial da actualidade: pelo número dos que se têm realizado, pela aglomeração de capitais levada a efeito, pela associação dos industriais de diferentes países que tem determinado, e ainda pelas medidas de defesa que impõem as suas tendências absorventes.

O 'cartel' corresponde de facto a um programa de concentração, com todas as vantagens que lhe são peculiares e tanto maiores quanto mais considerável e o seu raio de acção, mas na fase da evolução económica, que atravessamos, o 'cartel' representa a fórmula que mais se harmoniza com a necessidade, cada vez mais instante, de disciplinar a indústria e o comércio, de transpor as barreiras que as pequenas unidades económicas opõem à expansão comercial dos países industriais.

Foi nesta ordem de ideias que a Conferência Económica Internacional recomendou o abaixamento geral, sem discriminação, das pautas aduaneiras, bem como a sua simplificação e a sua estabilização, para o que propôs os três métodos seguintes:

1º - Acção individual, em que cada país deveria actuar independentemente, na esperança de que os outros the seguissem o exemplo;

2º - Acção bilateral, por meio de acordos internacionais, comportando reduções da tributação pautal, relativa a determinados artigos de interesse especial para os países contratantes, que se tornaram extensivas a outros, por efeito da aplicação da cláusula incondicional da nação mais favorecida;

3º - Acção colectiva, isto é, acordos entre diversos Estados, com o fim de conseguir simultaneamente, nesses Estados, a supressão de entraves ao comércio e a redução das taxas pautais.

Embora não possa dizer-se que foram absolutamente inúteis estas recomendações, praticamente não tiveram uma influência sensível na política comercial. Em todo o caso, sob o ponto de vista da tributação pautal, a tendência desmedida para um aumento constante foi desaparecendo e a não ser nos países cuja reconstituição económica tem exigido ajustamentos, determinados pela necessidade de actualizar o coeficiente de protecção para as diversas indústrias, podemos dizer, de um modo geral, que a elevação do nível das pautas se tem feito sentir por uma forma menos violenta.

Nos tratados de comércio, realizados depois de 1927, os efeitos foram mais benéficos para as relações económicas internacionais. A aplicação da cláusula geral da nação mais favorecida tornou possível as negociações mais frequentes e as reduções pautais facilitam a circulação das mercadorias, apesar de não terem a extensão, que contrabalançaria em alto grau os excessos proteccionistas, por efeito da vulgarização das pautas autónomas.

Pelo que respeita a acção colectiva dos diversos Estados, as convenções destinadas a suprimir os entraves ao comércio e, em especial, em matéria de proibições e regulamentação aduaneira, tem-se conseguido resultados muito apreciáveis. A acção colectiva não tem podido ir mais longe pela diversidade de condições económicas, que se observam nos diversos países, pelos interesses criados à sombra dum proteccionismo desastrado, mas que nem por isso deixam de ser legítimos.

Em resumo e de um modo geral, podemos afirmar que os remédios preconizados em 1927 para o mal estar, em que toda a Europa se debatia, só puderam ser aplicados em pequenas doses. Esse mal tem-se atenuado muito pouco, a situação mantém-se sensivelmente estacionária.

Ora, ao passo que a economia europeia não pode ser objecto da racionalização, não progride ou só pode progredir lentamente, nos Estados Unidos da América do Norte sucede precisamente o contrário.

Com efeito, na luta da concorrência mercantil, que actualmente se está travando no grande mercado mundial, depara-se-nos a Europa empobrecida, como um aglomerado de Estados, com a sua personalidade económica, a degladiar-se com os Estados Unidos da América do Norte, cuja superioridade provem principalmente de constituírem uma grande unidade económica, o que lhes permite contraporem um vasto mercado aos mercados europeus, excessivamente fraccionados.

Os Estados Unidos possuem recursos naturais abundantes como nenhum outro país e um mercado interno, que é o maior do mundo. A sua indústria goza de uma protecção excepcionalmente elevada, que resulta da preocupação de se reservar com um carácter exclusivo o mercado nacional, graças ao regime de autonomia aduaneira, que tem posto em prática. E assim se tem preparado a invasão económica da Europa por um *dumping* permanente, que encontra um poderoso estimulante nas invencíveis muralhas aduaneiras, que se opõem à entrada da produção europeia, mas a sua principal razão de ser reside na potência colossal da sua indústria e em todos os progressos da sua actividade económica, de que podem dar-nos uma ideia aproximada os seguintes números:

Em 50 anos a população dos Estados Unidos da América do Norte passou de 45 a 120 milhões; a riqueza nacional de 40 a 300 biliões de dólares; os depósitos bancários de 2 a 50 biliões de dólares; os depósitos nas caixas económicas de 2 a 23 biliões de dólares. Não representam os Estados Unidos mais de 6 % da população do globo e possuem 39 a 69% do carvão, do algodão e do cobre, 72% do petróleo, 59% dos telefones, 82% dos automóveis, 25% dos depósitos bancários, 38% do ouro.

Para estes resultados, não podemos deixar de reconhecer que, além dos recursos naturais e das severas medidas de protecção, tem contribuído em larga escala, o extraordinário espírito de iniciativa dos cidadãos Americanos e uma poderosíssima organização oficial de expansão económica dos mercados externos, que são meticulosamente estudados no sentido de se conseguir promover a propaganda e a defesa da produção Americana.

Neste movimento ascensional das forças económicas da América não devemos ver, em boa verdade, um propósito deliberado de empobrecer

mais ainda a Europa com a mesma audácia com que se aniquila um concorrente, susceptível de disputar os lucros desejados.

Não; a atitude seguida pelos Estados Unidos da América, é a consequência lógica de uma superprodução, que foi obtida por meio da racionalização da indústria, levada a um grau de aperfeiçoamento inexcedido.

Para conseguir este resultado foi indispensável a aquisição de maquinismos modernos, de grande potência e preços elevados, que permitem a produção em grandes massas, para as quais não basta já o mercado Americano. Daqui deriva a necessidade de procurar, fora das fronteiras, assegurar o consumo para esta superprodução afim de evitar a imobilização do capital empregado nas máquinas e o *chômage* dos operários, habituados a largos dispendios, mercê de um regime de salários elevados, em que têm vivido.

Esta política imperialista de penetração comercial corresponde, portanto, a um instinto de conservação; não obedece a um programa de absorção política, mas apesar disso, os seus efeitos não são menos nefastos, sobretudo se considerarmos a posição dos Estados Unidos em relação aos outros povos.

Às dívidas de guerra, cujo pagamento os Estados Unidos exigiram inexoravelmente, vieram juntar-se as dívidas de natureza comercial e o montante destes créditos vai atingindo proporções, que podemos chamar astronómicas, com tendências para aumentar, atendendo à impossibilidade de exportação para o mercado Americano de mercadorias europeias.

Nestas condições, a invasão da Europa pelos produtos Americanos há-de progredir necessariamente e é inútil pretender demonstrar que a indústria europeia, na actual situação, não poderá resistir a esse movimento absorvente, que ameaça subverter a actividade económica de todos os países.

Temos de encarar de frente o perigo para melhor podermos escolher a forma de o conjurar. A que foi proposta em Genebra inspirou-se certamente na própria organização norte-Americana, com os seus 48 Estados, sem barreiras alfandegárias, mas corresponde também a uma necessidade de expansão por parte dos grandes países, embora com sacrifício daqueles cujas possibilidades económicas não lhes permitem suportar a concorrência estrangeira.

O problema não pode ser posto com esta simplicidade para os Estados da Europa.

A evolução económica nos tempos modernos tem-se afirmado no sentido da concentração, isto é, da congregação de forças, dos agrupamentos, que permitem dar aos mercados uma extensão maior. Nem de outro modo poderíamos explicar a ideia de colaboração, que tem presidido a constituição dos cartéis, das *ententes* industriais internacionais, das convenções aduaneiras; mas daqui, desta tendência progressiva para o agrupamento preconizado vai uma distância considerável e só a grandeza do perigo latente poderá galvanizar as vontades que hão-de decidir definitivamente sobre uma solução, que se impõe sem dúvida, mas não deixa de apresentar graves dificuldades de ordem económica e de ordem política.

O conceito de uma federação dos Estados Europeus não é novo nem no campo político, nem no campo da economia. Surgiu como uma ambição do Império romano; foi acarinhado por Carlos Magno e o próprio Napoleão fez da unidade europeia um programa político.

Este conceito de agrupamento estava bem longe de corresponder a uma *união duradoura, livremente consentida* por todos os Estados, imposta não pela força, mas pelo reconhecimento da necessidade de uma defesa comum, de uma solidariedade indispensável para melhor poderem resistir aos perigos que se avizinham.

O problema foi outrora vivamente debatido no campo especulativo por Sully, pelo abade de Saint-Pierre, contemporâneo dos Enciclopedistas, por Kant, Mazzini e Vitor Hugo.

Já mesmo antes da grande guerra, os progressos do imperialismo Americano deram lugar a um movimento de opinião que ficou sendo conhecido por *continentalismo*, ou seja, a solidariedade dos Estados do continente europeu contra o perigo americano.

O continentalismo apaixonou homens de Estado e economistas, particularmente na Alemanha e na Austria. Era a reacção contra a propaganda da doutrina de Monroe no campo económico, levada a efeito nos congressos pan-Americanos, mas não teve repercussão fora dos domínios da especulação científica.

Em 1918, perante as destruições causadas pela grande guerra, a ideia da solidariedade continental renasce como um clarão, entre os escombros sinistros das batalhas e concretiza-se pouco depois num poderoso elemento

de propaganda — a Liga pan-europeia — fundada em 1924, que realizou o seu primeiro Congresso em Viena, em 1926.

Os trabalhos deste Congresso, as conclusões que foram votadas por certo não deixaram de influir na expectativa benévola com que foi acolhido o recente discurso de Briand, na Sociedade das Nações.

Admitindo mesmo que o problema dos Estados Unidos da Europa tenha de ser considerado fora dos domínios da política e exclusivamente sob o seu aspecto económico, como pretendia Stresemann, porque, na verdade, é isto o que mais interessa no momento presente, não podemos deixar de reconhecer a sua complexidade.

Impõe-se desde logo uma uniformidade da legislação fiscal e bem assim da que diz respeito à produção, à mão de obra, ao comércio e ao crédito.

Sob este último ponto de vista, o Banco Internacional torna-se imprescindível.

Este organismo figura já no plano Young para os pagamentos internacionais, motivados pelas reparações, devidas pela Alemanha, e pela regularização das dívidas inter-aliadas. O Banco International corresponde a uma acentuada tendência para a internacionalização da indústria e do comércio, porque do seu funcionamento há-de necessariamente resultar uma harmonização da legislação fiscal, das concessões de créditos e dos mercados cambiais. Poderoso incentivo para a unidade monetária, tão vantajosa pelas facilidades que deve trazer ao comércio internacional, os seus efeitos não podem deixar de ser benéficos para todos os povos, pela acção coordenadora que the esta reservada, por contribuir para eliminar as causas de urn grande número de conflitos.

Que influência poderá vir a exercer a América no funcionamento do Banco Internacional?

Este aspecto da questão tem de ser muito ponderado. Tudo depende da organização e não devemos confundir a mentalidade europeia com a Americana.

A América, justamente porque necessita de expandir-se no mercado europeu, não tem vantagens na ruína da Europa, porque dela derivava o enfraquecimento de possíveis consumidores da sua produção. As lutas políticas da Europa têm a sua repercussão no mercado Americano e, deste modo, o nosso progresso, a nossa tranquilidade, são condições indispensáveis ao êxito da expansão Americana nos mercados europeus.

Qual será a acção da Inglaterra perante este movimento de solidariedade económica, que se observa na Europa continental?

É indiscutível que a adesão por parte da Inglaterra deve ter uma influência decisiva. As suas tradições livre-cambistas hão-de inspirar-lhe simpatia pela projectada união que corresponde ao seu velho programa de política comercial, posto em prática desde 1860 e inaugurado com o tratado de Cobden.

É certo que a Inglaterra tem actualmente uma pauta que apresenta uma feição proteccionista, mas, apesar disso, não deixa de ser das mais baixas que se aplicam em todo o mundo.

Não é de crer que as alfândegas britânicas regressem à sua função exclusivamente fiscal, que as caracterizava até há poucos anos. Todavia, devemos ponderar que os Estados, dispostos a realização de um acordo colectivo para facilitarem a circulação de mercadorias, só com grandes sacrifícios poderiam desde já fazer entre si concessões mais apreciáveis do que aquelas que já hoje faz a Inglaterra por uma decisão unilateral.

Nesta ordem de ideias, a colaboração da Inglaterra estaria assegurada, ainda mesmo que ela não participasse ostensivamente no pacto colectivo a levar a efeito, desde que não sofresse alteração a sua política comercial; mas esta, no que respeita aos Domínios baseia-se hoje na *concessão recíproca de direitos preferenciais*. Este regime corresponde à autonomia política e económica, possivelmente condenada a ser diminuída com uma aproximação mais intensa entre a Grã-Bretanha e a Europa.

As profundas modificações que se operaram nas relações da Grã-Bretanha com os Domínios podem levar a opinião inglesa a hesitar perante a magnitude do problema que se debate, quando, na hora própria, tiver de optar entre a Europa e o Império.

É evidente que a Grã-Bretanha terá vantagens diversas das que estão reservadas aos seus Domínios, com a entrada para um agrupamento da natureza daquele que se prepara.

A política colonial vai sofrer grandes transformações desde que se converta em realidade a 'Federação europeia' que, com todas as probabilidades, deve compreender não só a parte metropolitana dos Estados, mas também as respectivas colónias, possessões e protectorados.

As colónias de todos os países têm maiores ou menores extensões de territórios a explorar e encontram-se numa fase de industrialização, que varia de colónia para colónia. Qualquer que seja, porém, a sua situação

económica, mal poderiam resistir a invasão dos produtos originários dos países europeus de uma industrialização perfeita. Mesmo aqueles em que a indústria se encontra mais progressiva não poderiam suportar o regime de *porta aberta* a concorrência europeia. Quanto às outras, tinham de ser fatalmente compelidas a renunciar a todo o desenvolvimento industrial e a sua actividade económica confinar-se-ia quasi exclusivamente na exploração agrícola e nas indústrias extractivas.

Podemos generalizar esta crítica aos próprios países europeus, cujos interesses em ingressarem numa federação são muito diversos e dependem fundamentalmente do grau do seu desenvolvimento económico. Deste modo, as maiores vantagens estão destinadas aqueles que atingiram o nível de uma forte industrialização, aos que se encontram em plena florescência da sua actividade transformadora e com uma agricultura progressiva.

Mas, ao lado destes grandes países industriais, existem na Europa outros, cuja evolução não tem ido muito além da fase da economia rural, outros ainda que, desprovidos de recursos naturais, conseguiram imprimir as suas indústrias uma vida fictícia, que depende da tributação pautal; mas esta difunde-se por toda a população, por todos os consumidores, e a actividade industrial so pode exercer-se a custa dos encargos que estes últimos suportam.

A supressão das barreiras alfandegárias traria incontestavelmente um alívio que havia de reflectir-se no abaixamento do custo da vida, mas iria, sera dúvida, provocar uma crise económica, cujos efeitos se tornariam particularmente sensíveis na falta de trabalho, na perda de capitais imobilizados na indústria, no desequilíbrio das forças produtoras, cujos efeitos se fariam sentir, sem demora, em toda a economia nacional.

Este raciocínio leva-nos a concluir que a harmonia económica da Europa só pode ser o produto de uma evolução lenta.

Poderá objectar-se que, determinando uma união aduaneira o desaparecimento de certas indústrias, este se conseguiria à custa de indemnizações pagas pelo Estado, que realizava novas receitas com que a colectividade contribuiria em consequência dos benefícios resultantes da União, tais como: o aumento de consumo e a diminuição do de custo de produção que de tal aumento derivava.

Neste argumento pode haver um fundo de verdade, mas pelo que respeita a maioria dos países, a perda das receitas das alfândegas tinha de

determinar uma compensação em impostos de outra natureza, e, sendo assim, os benefícios previstos seriam apenas aparentes.

Uma solução muito demorada tem o inconveniente de não evitar o perigo, mas por medida de prudência, devemos pôr de parte todas as formulas radicais, que podem comprometer inicialmente o êxito previsto.

Tratando-se de uma união, *livremente consentida*, parece que cada Estado se pode reservar inteira liberdade de acção.

Imaginemos que os pequenos países se recusam a entrar no pacto de solidariedade económica, ainda mesmo que ele não revista a forma de um *Zollverein*. Ficariam os outros, os que têm a sua indústria muito desenvolvida, os que menos receiam a concorrência, isto é, os que têm mais vantagem no acordo em projecto.

Poderão os pequenos países ficar com a sua liberdade de acção, num verdadeiro isolamento económico, proveniente de lhes não ser concedido um tratamento que, como é de presumir, tem de ser mais favorável para aqueles que estão ligados, entre si, por meio de um acordo colectivo?

Seria uma ingenuidade admitir esta hipótese. Os pequenos Estados ver-se-ão compelidos a aderir ao futuro pacto para não terem de socorrer a perda de mercados.

Como se depreende do que fica exposto, que afinal não passa de um resumo enunciado, a questão é muito mais complexa do que se nos afigura à primeira vista.

Por maior que seja o nosso desejo de nos cingirmos aos seus aspectos económicos, reconhecemos a impossibilidade de nos alhearmos do significado político das novas modalidades, que vão seguramente fazer-se sentir nas relações entre os povos.

Como primeira *etape* desta organização federativa, fixou-se a trégua aduaneira por um período de dois ou três anos, a determinar numa próxima convenção colectiva, cujo ante-projecto já foi distribuído.

Depois, deve seguir-se uma diminuição progressiva dos direitos aduaneiros para as mercadorias de origem europeia, a manter-se ou possivelmente elevar-se a tributação pautal para as fronteiras exteriores, comuns a todos os Estados, que vierem a fazer parte da federação.

Quer consideremos as pautas das fronteiras dos Estados sob o ponto de vista das diminuições periódicas, quer consideremos a pauta das fronteiras da Europa, que há-de assegurar a defesa de todas as nações agrupadas, não podemos deixar de admitir um organismo político para

deliberar sobre a distribuição das receitas, sobre as novas tributações a estabelecer e bem assim sobre os casos excepcionais, que se forem apresentando.

É de presumir que, nesse organismo político, todos os Estados tenham os seus representantes e, ou ele tenha um funcionamento autónomo ou se procure integrá-lo na própria Sociedade das Nações, duvidamos de que um critério rígido de equidade e de justiça possa presidir uniformemente às suas deliberações.

Vinte séculos de lutas entre os Estados da Europa pela conquista de uma hegemonia levam-nos a descrer da lealdade na coordenação de esforços, ainda mesmo quando ela seja procurada sob o influxo de um perigo comum. Perigo tanto mais grave quanto é certo que ele se afirma cada vez mais evidente na afluência de capitais Americanos em certas indústrias europeias e ainda na recente proposta de lei, apresentada ao senado Americano, isentando de direitos os produtos originários da Europa, quando provenientes de fábricas estabelecidas com capitais Americanos.

Com esta última medida, introduz-se mais um elemento, absolutamente novo, no comércio internacional. E cedo ainda para se poder avaliar, com rigor aproximado as suas repercussões económicas, mas só um optimismo imperdoável nos poderá fazer duvidar da sua eficácia.

A valorização do dólar em relação às moedas dos países europeus determinou a emigração dos capitais Americanos; depois, foram as próprias indústrias da América que emigraram para os mercados da Europa, como aconteceu com a dos automóveis e outras. Daqui deriva uma preponderância de ordem financeira, que, em regra, traz como consequência um prestígio político, susceptível de se impor à própria soberania nacional.

Analisemos agora a reacção que vai produzir-se pela tendência para a abolição de fronteiras económicas entre os Estados da Europa, para facilitar a circulação de mercadorias, para ampliar a capacidade de consumo; enfim, para dar ao Velho Mundo condições de resistência ao movimento absorvente, que parte do lado de lá do Atlântico.

Com a evolução das civilizações, as forças que determinam os grandes agrupamentos humanos, foram aumentando com o mesmo ritmo que se observava nos esforços para o domínio, para a prepotência, e nas necessidades de defesa por parte dos sacrificados.

No que respeita a Federação europeia, seria inadmissível esquecer a lição que se encontra consubstanciada na história do *Zollverein* alemão. Neste caso, a unidade económica não foi mais que o prólogo da unidade política.

Não nos deixemos embalar pela ilusão de que a possível manter uma personalidade política, abdicando da soberania económica, ainda mesmo quando sugestionados pela miragem tentadora de conseguirmos, sem grandes atritos, a divisão internacional do trabalho,

Entre uma federação económica absoluta, cuja formação se prevê para um futuro não muito distante e o nacionalismo em que se agitam as nações da Europa há, sem dúvida, uma longa série de regimes intermediários.

Tudo aconselha que, para evitar sobressaltos, se vá caminhando por uma forma gradual, mas isto não impede o sacrifício para todos os Estados da sua política comercial, e como esta e, na actualidade, o fulcro da política geral, a federação económica mais ou menos perfeita não pode deixar de conduzir-nos a uma federação política.

Será possível abolir todos os antagonismos tradicionais, substituindo-os por um espírito de solidariedade entre todas as nações da Europa?

Não será por certo um ideal de paz que há-de suscitar as afinidades espirituais, tão necessárias à obra formidável de conjunto a levar a efeito.

As afinidades espirituais são as que mais resistem neste movimento eterno de actividades e de opinião, em que se manifestam os universais encadeamentos das relações entre os Estados que, animados pelo mesmo génio, inspirados pelos mesmos sentimentos, unidos numa só vontade, conseguem realizar um esforço impossível de conceber se se isolassem, por mais poderosos que fossem.

Na imensidade do tempo e do espaço, nas lutas trágicas, que a civilização exige para progredir, seguindo a sorte dos povos na torrente do destino; nessa intermitência de triunfos e derrotas, de raios de luz e de nuvens sombrias, há uma sinfonia de sofrimentos indescritíveis, mas há também uma voluptuosidade mórbida, como revérbero infinito de efémeros clarões em que perpassa e se afirma poderosamente a ânsia febril de prosseguir na luta.

O eco longínquo dessa luta incessante, que corresponde a fatalidade das evoluções do espírito humano, intensifica a tendência associativa, amalgamando tradições, crenças, preconceitos políticos e sociais, numa corrente de opinião, num elemento de continuidade, que dá aos povos,

unidos no mesmo pensamento, uma força irresistível para utilizarem lutando.

À América racionalizada, federada, pretende-se contrapor a racionalização, a federação da Europa; a luta entre as nações vai suceder assim a luta entre os continentes.

Dir-se-ia que o fenómeno da concentração vai reproduzir-se nos domínios da política com a mesma frequência com que já hoje se observa no campo económico.

Se as rivalidades de carácter mercantil, que a concorrência suscita entre os europeus, determinam a sua fusão ou os agrupamentos condicionados por critérios de natureza variável, em que a sua autonomia é sempre sacrificada; as rivalidades políticas estão destinadas a promoverem do mesmo modo uma colaboração estreita entre os Estados.

A racionalização económica vai correspondendo uma racionalização política.

Seria para desejar que esta racionalização política, quando mesmo a sua evolução fosse mais rápida do que nos é dado prever neste momento, tivesse apenas uma finalidade construtiva, de equilíbrio das actividades económicas e nos não desse uma visão sinistra de extermínio, de novas guerras, em que a humanidade tivesse mais uma vez de ser imolada, como se a civilização não pudesse progredir senão à custa dos seus sofrimentos.